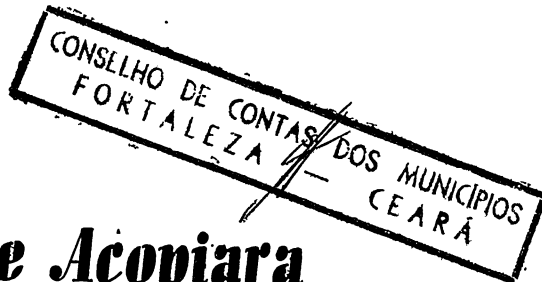




ESTADO DO CEARÁ

# Prefeitura Municipal de Acopiara



Lei Nº 552, de 27 de novembro de 1971.

Fixa a organização administrativa da Prefeitura Municipal de Acopiara, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ACOPIARA.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

## TÍTULO I

### DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 1º - A organização administrativa da Prefeitura Municipal de Acopiara, é a seguinte:

- I - Gabinete do Prefeito;
- II - Departamento de Administração;
- III - Departamento de Finanças;
- IV - Departamento de Obras, Viação e Serviços Urbanos;
- V - Departamento de Educação e Cultura;
- VI - Departamento de Saúde e Serviço Social;
- VII - Sub-Prefeituras.

## TÍTULO II

### DA COMPETÊNCIA

Art. 2º - Gabinete do Prefeito é o órgão de assistência do Prefeito para as funções administrativas, de relações públicas, e de ligação com os demais poderes e autoridades, competindo-lhe, ainda exercer as atribuições concernentes à administração geral da Prefeitura no que tange ao expediente, comunicações, arquivo, pessoal, material, zeladoria e transporte.

Art. 3º - O Procurador é o advogado responsável pela execução, coordenação e controle das atividades jurídicas da Prefeitura competindo-lhe pronunciar-se sobre toda matéria legal que lhe for submetida pelo Prefeito e demais órgãos da administração municipal, bem como efetuar a cobrança judicial da dívida ativa do Município e representá-lo em Juízo.

Art. 4º - O Departamento de Finanças é o órgão encarregado da execução dos assuntos financeiros e fiscais da Prefeitura, bem como das atividades relativas a lançamentos, arrecadação e controle de tributos e receitas municipais, a fiscalização dos contribuintes sobre as normas municipais, ao processamento da despesa, à contabilização orçamentária, financeira e patrimonial, à elaboração e controle da execução do orçamento e ao recebimento, guarda, e movimentação de valores do Município.



ESTADO DO CEARÁ

## Prefeitura Municipal de Leopoldina



Art. 5º - O Departamento de Obras, Viação e Serviços Urbanos, é o órgão responsável pela construção e conservação das obras públicas, das vias e logradouros públicos, das estradas e caminhos, municipais; pelo licenciamento e fiscalização de obras particulares; pelo serviço de limpeza e iluminação pública, manutenção dos parques, jardins e arborização da cidade; pelas atividades de trânsito, administração de matadouro, mercados e feiras e de cemitérios; administração e operação do sistema de abastecimento d'água e da rede de esgotos, e ainda, pela fiscalização dos serviços públicos concedidos, permitidos ou autorizados.

Art. 6º - O Departamento de Educação e Cultura é o órgão responsável pela execução das atividades educacionais e culturais do Município, especialmente as referentes à educação primária e média, a manutenção de promoções cívicas e recreativas, à distribuição e controle da merenda escolar.

Art. 7º - O Departamento de Saúde e Serviço Social é o órgão que tem por objetivo a execução de atividades de assistência médico-social aos habitantes do Município, mediante a administração de unidades de saúde e de promoção do bem-estar e melhoria das condições de vida da comunidade.

Art. 8º - As Sub-Prefeitura, como órgãos de desconcentração territorial e administrativa, terão por incumbência a administração dos distritos do Município, fazendo cumprir todos os atos baixados pelo Prefeito aplicáveis às áreas de sua jurisdição e coordenando a sua execução pelos diversos órgãos da Prefeitura, nos limites de sua competência.

### TÍTULO III

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 9º - A presente lei será regulamentada pelo Prefeito no prazo de 30 (trinta) dias, que, aprovará, por decreto, o Regulamento Interno da Prefeitura, o qual discriminará a competência dos órgãos mencionados no artigo primeiro.

Art. 10º - À proporção que forem instalados os órgãos componentes da organização administrativa da Prefeitura, prevista nesta lei os atuais órgãos serão extintos automaticamente, ficando o Executivo Municipal autorizado a tomar as providências relativas a pessoal, verbas, atribuições e instalações.



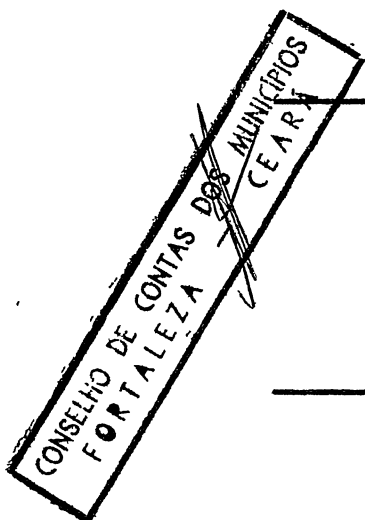
ESTADO DO CEARÁ

## ***Prefeitura Municipal de Acopiara***

Art. 11º - As despesas decorrentes da execução desta lei, correrão por conta das dotações próprias consignadas no orçamento vigente, destinadas ao pagamento de Pessoal Civil, feitas as suplementações necessárias.

Art. 12º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Acopiara, 27 de novembro de 1971.



*Manoel Edmilson Teixeira*

Manoel Edmilson Teixeira

Prefeito Municipal

*Maria Divina Silva*

Maria Divina Silva

Secretária.